



VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal



SIMPÓSIO ONLINE Nº 74

Simpósio:

**PROCESSO CIVIL E DIREITOS HUMANOS: VISÕES DOS TRIBUNAIS
INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS**

Coordenadores:

Nome do Coordenador 1: João Paulo Kulczynski Forster

Vinculação Institucional: Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter)

Resumo Curricular: Professor no Centro Universitário Ritter dos Reis, atuando na Graduação nas disciplinas ligadas ao Processo Civil (Teoria Constitucional do Processo, Processo de Conhecimento Cível, Recursos Cíveis). Integra o corpo de docentes do Programa em Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Direitos Humanos do UniRitter, lecionando a disciplina de Jurisdição e Tutela dos Direitos Humanos. Desenvolve o Projeto de Pesquisa "Tutelas Individuais e Coletivas dos Direitos Humanos: técnicas protetivas nacionais e internacionais" no Centro Universitário Ritter dos Reis. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2011). Doutor em Direito pela UFRGS (2015). Professor convidado de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. Advogado

Nome do Coordenador 2: Vitor Fonsêca

Vinculação Institucional: Ministério Público do Estado do Amazonas e Curso CEI

Resumo Curricular: Doutor, Mestre e Especialista em Direito Processual Civil (PUC/SP). Tem como linha de pesquisa "processo civil e direitos humanos". Coordenador da Linha "Processo e direitos humanos" do GESIDH - Grupo de Estudos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. É Secretário Adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual (AM). Professor do Curso CEI. É também Promotor de Justiça no Estado do Amazonas, atuando na defesa de direitos humanos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Os direitos humanos processuais constam de diversos tratados internacionais e possuem relevantes consequências para o processo civil. Verifica-se que existe, em diversos ordenamentos, uma crescente preocupação com a constitucionalização do processo civil, não se verificando o mesmo interesse ou profundidade do debate no que diz respeito à convencionalização do processo e ao impacto daqueles tratados na justiça civil. A partir dessa premissa, propõe-se a linha de debate do impacto das decisões dos tribunais internacionais de direitos humanos particularmente no processo civil. O exame dessa jurisprudência pode mostrar, em diferentes países, a aplicabilidade desses entendimentos e como se opera a adequação do processo civil ao controle de convencionalidade. Serão aceitos trabalhos voltados à interlocução e ao diálogo entre o processo civil e os direitos humanos e ao controle de convencionalidade exercido na justiça civil. São aguardados estudos direcionados a direitos humanos processuais e garantias judiciais previstas em tratados internacionais de direitos humanos, com repercussão no processo civil, tais como: acesso à justiça e direitos humanos; acesso à justiça de grupos vulneráveis (crianças, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, comunidades indígenas etc.); processo justo; devido processo convencional; prazo razoável do processo; direito à prova; proibição de provas ilícitas; direito de ser ouvido; direito ao intérprete; direito de defesa; presunção de inocência não-penal; imparcialidade judicial; fundamentação das decisões judiciais; perspectiva de gênero, raça e sexualidade nas decisões judiciais; segurança jurídica das decisões judiciais; direito a um remédio efetivo, entre outros.





**VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Inglês (X)

Espanhol (X)



www.cidhcoimbra.com



contact@cidhcoimbra.com



@cidhcoimbra



VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal



ONLINE SYMPOSIUM Nº 74

Symposium:

CIVIL PROCEDURE AND HUMAN RIGHTS: PERSPECTIVES FROM
INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS COURTS

Coordinators:

Name of Coordinator 1: João Paulo Kulczynski Forster

Institution: Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter)

Curricular Summary: Professor at the Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), working at the undergraduate level in subjects related to Procedural Law. He is a member of the faculty of the *Stricto Sensu* Graduate Program (Master's) in Human Rights at UniRitter, teaching the subject of Jurisdiction and Protection of Human Rights. Develops the Research Project "Individual and Collective Protection of Human Rights: national and international protective techniques" at UniRitter. Master in Law - Federal University of Rio Grande do Sul - UFRGS (2011). Doctor in Law - UFRGS (2015). Guest professor of *Lato Sensu* Postgraduate courses. Attorney

Name of Coordinator 2: Vitor Fonsêca

Institution: Ministério Público do Estado do Amazonas and Curso CEI

Curricular Summary: Doctor, Master and Specialist degree in Civil Procedural Law (PUC/SP). Develops the line of research of "civil procedure and human rights". Coordinator of the "Process and Human Rights" Line of GESIDH - Study Group of the Inter-American Human Rights System. He is Assistant Secretary of the Brazilian Institute of Procedural Law (AM). Professor of Curso CEI. He is also a Public Prosecutor in the State of Amazonas, working to defend the human rights of the elderly persons and persons with disabilities

Line(s) of discussion:

Procedural human rights are included in several international treaties and have relevant consequences for civil procedure. It appears that there is, in several legal systems, a growing concern with the constitutionalization of the civil procedure, whilst it is not verified the same interest or depth of the debate with regard to the conventionalization of the process and the impact of those treaties on civil justice. From this premise, the line of debate of the impact of the decisions of the international human rights courts is proposed, particularly in the civil procedure. The examination of this body of decisions can show, in different countries, the applicability of these understandings and how the adequacy of the civil procedure to the control of conventionality operates. Papers aimed at the dialogue between the civil process and human rights and the control of conventionality exercised in civil justice will be accepted. Studies aimed at procedural human rights and judicial guarantees provided for in international human rights treaties are awaited, with repercussions on civil proceedings, such as: access to justice and human rights; access to justice for vulnerable groups (children, women, elderly people, people with disabilities, indigenous communities, etc.); fair process; conventional due process; reasonable period of the process; right to proof; prohibition of illicit evidence; right to be heard; right to an interpreter; right of defense; presumption of non-criminal innocence; judicial impartiality; reasoning of judicial decisions; gender, race and sexuality perspective in judicial decisions; legal certainty of court decisions; right to an effective remedy, among others.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)



www.cidhcoimbra.com



contact@cidhcoimbra.com



@cidhcoimbra



**VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



English (X)

Spanish (X)



www.cidhcoimbra.com



contact@cidhcoimbra.com



@cidhcoimbra

SIMPOSIO EN LÍNEA Nº 74

Simposio:

PROCESO CIVIL Y DERECHOS HUMANOS: PERSPECTIVAS DE LOS TRIBUNALES INTERNACIONALES DE DERECHOS HUMANOS

Coordinadores:

Nombre del Coordinador 1: João Paulo Kulczynski Forster

Vinculación Institucional: Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter)

Resumen curricular: Profesor del Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), actuando a nivel de pregrado en materias relacionadas con el Derecho Procesal. Profesor del Programa de Posgrado Stricto Sensu (Maestría) en Derechos Humanos de la UniRitter, con la disciplina Jurisdicción y Protección de los Derechos Humanos. Desarrolla el Proyecto de Investigación "Protección Individual y Colectiva de los Derechos Humanos: técnicas de protección nacionales e internacionales" en UniRitter. Maestría en Derecho - Universidad Federal de Rio Grande do Sul - UFRGS (2011). Doctor en Derecho - UFRGS (2015). Profesor invitado de cursos de Posgrado Lato Sensu. Abogado

Nombre del Coordinador 2: Vitor Fonsêca

Vinculación Institucional: Ministério Público do Estado do Amazonas e Curso CEI

Resumen curricular: Doctor, Magíster y Especialista en Derecho Procesal Civil (PUC/SP). Desarrolla la línea de investigación de "Proceso civil y derechos humanos". Coordinador de la Línea "Proceso y Derechos Humanos" de GESIDH - Grupo de Estudio del Sistema Interamericano de Derechos Humanos. Subsecretario del Instituto Brasileño de Derecho Procesal (AM). Profesor de Posgrado del Curso CEI. Fiscal en el Ministerio Público en el Estado de Amazonas, actuando en defensa de los derechos humanos de las personas mayores y de las personas con discapacidad

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

Los derechos humanos procesales están incluidos en varios tratados internacionales y tienen consecuencias relevantes para el proceso civil. En varios ordenamientos jurídicos, hay una creciente preocupación por la constitucionalización del proceso civil, sin tener el mismo interés o profundidad del debate en relación con la convencionalización del proceso y el impacto de esos tratados en la justicia civil. A partir de esta premisa, se propone la línea de debate del impacto de las decisiones de los tribunales internacionales de derechos humanos, particularmente en el ámbito procesal civil. El examen de esta jurisprudencia puede mostrar, en diferentes países, la aplicabilidad de estos entendimientos y cómo opera la adecuación del proceso civil al control de convencionalidad. Se aceptarán trabajos dirigidos al diálogo entre el proceso civil y los derechos humanos y el control de convencionalidad ejercido en la justicia civil. Se esperan estudios dirigidos a los derechos humanos procesales y garantías judiciales previstas en los tratados internacionales de derechos humanos, con repercusiones en los procesos civiles, tales como: acceso a la justicia y derechos humanos; acceso a la justicia de grupos vulnerables (niños, mujeres, adultos mayores, personas con discapacidad, comunidades indígenas etc.); proceso justo; debido proceso convencional; plazo razonable; derecho a la prueba; prohibición de pruebas ilícitas; derecho a ser oído; derecho a intérprete; derecho de defensa; presunción de inocencia no penal; imparcialidad judicial; motivación de las decisiones judiciales; perspectiva de género, raza y sexualidad en las decisiones judiciales; seguridad jurídica de las decisiones judiciales; derecho a un recurso efectivo, entre otros.





**VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)

Inglés (X)

Español (X)



www.cidhcoimbra.com



contact@cidhcoimbra.com



[@cidhcoimbra](https://www.instagram.com/cidhcoimbra)